


**O PAPEL DA GESTÃO PARA A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**THE ROLE OF MANAGEMENT FOR CHILDREN'S PARTICIPATION IN THE CONSTRUCTION OF THE POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION**

**EL PAPEL DE LA GESTIÓN DE LA PARTICIPACIÓN INFANTIL EN LA CONSTRUCCIÓN DEL PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE EDUCACIÓN INFANTIL**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-098>

**Data de submissão:** 13/07/2025

**Data de publicação:** 13/08/2025

**Ana Paula Sandes Araujo Oliveira**

Pós graduada em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional  
Instituição: Secretaria Municipal de Educação de Delmiro Gouveia  
E-mail: asandes376@gmail.com

**Elielma Andrade de Lima**

Pós graduada em Psicopedagogia Institucional  
Instituição: Secretaria Municipal de Educação de Delmiro Gouveia  
E-mail: elielmaandrade@hotmail.com

**Giseliene Medeiros Lima**

Doutora em Educação  
Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
E-mail: profa.giseliene.medeiros@gmail.com

**Maria Anabel Lima dos Anjos**

Pós graduada em Ensino de matemática  
Instituição: Secretaria Municipal de Educação de Delmiro Gouveia  
E-mail: anabellimaprof@gmail.com

**Miriam Almeida Souza**

Pós graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica  
Instituição: Secretaria Municipal de Educação de Delmiro Gouveia  
E-mail: professoramiriam134@gmail.com

**Taise dos Santos**

Pós graduada em Educação Infantil  
Instituição: Secretaria Municipal de Educação de Delmiro Gouveia  
E-mail: santostaise14@gmail.com

---

**RESUMO**

Este artigo objetiva analisar o papel da gestão escolar na promoção da participação ativa das crianças na elaboração do PPP, compreendendo-as como sujeitos de direitos, competentes e protagonistas de suas trajetórias educativas. A investigação adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica

e documental, ancorando-se em marcos normativos e teóricos da área, e busca responder à seguinte problemática: qual o papel da gestão na promoção da escuta e da participação das crianças na construção do Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil?. A pesquisa foi organizada em três momentos: 1- Projeto Político Pedagógico: fundamentos conceituais; 2- O papel da gestão na promoção da participação das crianças; e 3- Mecanismos de participação infantil: o que dizem os documentos legais?. Os achados revelam uma lacuna significativa na produção acadêmica sobre o tema, especialmente no que se refere à articulação entre gestão democrática, escuta sensível e participação infantil no planejamento institucional. Evidencia-se, portanto, a urgência de ressignificar o PPP como um processo contínuo, dialógico em que as crianças sejam efetivamente consideradas em suas múltiplas linguagens e formas de ser e estar no mundo. Conclui-se que a atuação da gestão é estratégica na mediação entre os marcos legais, as intencionalidades pedagógicas e as vozes infantis, reafirmando o compromisso ético-político com uma Educação Infantil pautada na escuta atenta quanto ao específico das infâncias, contemplando as crianças em suas inteirezas.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Gestão Democrática. Projeto Político Pedagógico. Crianças.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the role of school management in promoting children's active participation in the development of the PPP, understanding them as subjects with rights, competent, and protagonists of their educational trajectories. The research adopts a qualitative, bibliographical and documentary approach, anchored in normative and theoretical frameworks in the field, and seeks to answer the following question: what is the role of management in promoting children's listening and participation in the development of the Early Childhood Education Political Pedagogical Project? The research was organized into three phases: 1- Pedagogical Political Project: conceptual foundations; 2- The role of management in promoting children's participation; and 3- Child participation mechanisms: what do legal documents say? The findings reveal a significant gap in academic literature on the topic, especially regarding the articulation between democratic management, sensitive listening, and child participation in institutional planning. Therefore, the urgent need to reframe the PPP as an ongoing, dialogical process in which children are effectively considered in their multiple languages and ways of being and existing in the world is highlighted. The conclusion is that management's role is strategic in mediating between legal frameworks, pedagogical intentions, and children's voices, reaffirming the ethical-political commitment to Early Childhood Education based on attentive listening to the specific needs of childhood, considering children in their entirety.

**Keywords:** Early Childhood Education. Democratic Management. Political Pedagogical Project. Children.

## RESUMEN

Este artículo busca analizar el rol de la gestión escolar en la promoción de la participación activa de niños y niñas en el desarrollo del PPP, entendiéndolos como sujetos de derechos, competentes y protagonistas de sus trayectorias educativas. La investigación adopta un enfoque cualitativo, bibliográfico y documental, anclado en marcos normativos y teóricos en el campo, y busca responder a la siguiente pregunta: ¿cuál es el rol de la gestión en la promoción de la escucha y participación de niños y niñas en el desarrollo del Proyecto Político Pedagógico de Educación Infantil? La investigación se organizó en tres fases: 1- Proyecto Político Pedagógico: fundamentos conceptuales; 2- El rol de la gestión en la promoción de la participación infantil; y 3- Mecanismos para la participación infantil: ¿qué dicen los documentos legales? Los hallazgos revelan una brecha significativa en la literatura académica sobre el tema, especialmente en lo que respecta a la articulación entre la gestión democrática, la escucha sensible y la participación infantil en la planificación institucional. Por lo

tanto, es evidente la urgencia de redefinir el PPP como un proceso continuo y dialógico en el que los niños y niñas sean considerados efectivamente en sus múltiples lenguajes y formas de estar en el mundo. Se concluye que el rol de la dirección es estratégico al mediar entre los marcos legales, las intenciones pedagógicas y las voces de los niños, reafirmando el compromiso ético y político con la Educación Infantil, basado en la escucha atenta de las necesidades específicas de la infancia, considerando a los niños en su totalidad.

**Palabras clave:** Educación Infantil. Gestión Democrática. Proyecto Político Pedagógico. Niños.

## 1 INTRODUÇÃO:

Pensar com/sobre as crianças tem se configurado como um dos grandes desafios da Educação Infantil (EI), sobretudo diante de práticas que ainda privilegiam projetos prontos, desconsiderando as especificidades, vozes e experiências das crianças e das múltiplas infâncias. Nesse sentido, o presente trabalho compromete-se com a escuta das principais protagonistas do cotidiano pedagógico: as crianças. Conforme destacam Macedo e Santos (2022), pesquisar na EI exige, prioritariamente, romper com a concepção tradicional de uma criança universal e com o adultocentrismo, que historicamente tem operado como mecanismo de invisibilização das singularidades de meninos e meninas.

É necessário, portanto, interrogar e desestabilizar as relações de poder que atravessam a vida das crianças, reconhecendo-as como sujeitos concretos, portadores de marcas identitárias, sociais, culturais e históricas. Tal reconhecimento demanda do pesquisador a construção de outros modos de fazer pesquisa com e sobre crianças que extrapolem os limites do positivismo, a rigidez dos protocolos científicos tradicionais e a epistemologia eurocêntrica e colonizadora. Impõe-se, assim, a necessidade de análises interseccionais que considerem as infâncias em sua pluralidade e complexidade.

Ainda segundo Macedo e Santos (2022), os estudos mais recentes têm se debruçado sobre metodologias que buscam captar as vozes infantis, incorporando as crianças como sujeitos ativos da pesquisa, o que tem favorecido “[...] a visibilidade de diversas formas de viver a infância e, concomitantemente, a luta pelos direitos das crianças, contribuindo para a consolidação de uma cidadania científica” (p. 70).

É nesse contexto que se insere o presente estudo, cujo objetivo central é analisar o papel da gestão para a participação das crianças na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Educação Infantil. Para alcançar tal finalidade, definiram-se os seguintes objetivos específicos: Compreender as formas de participação das crianças na elaboração do PPP; identificar o papel da gestão das instituições de Educação Infantil para possibilitar e organizar a participação das crianças no processo de construção do PPP; Apresentar instrumentos de expressão infantil que podem favorecer a participação das crianças na elaboração e implementação do PPP.

A justificativa da pesquisa decorre da inquietação em investigar e refletir sobre como se configura, a participação das crianças na construção do PPP, partindo da seguinte problemática: Qual o papel da gestão para promover a participação das crianças na construção do Projeto Político Pedagógico da Educação Infantil?

Vale ressaltar que estudos nesse âmbito são escassos e pouco explorados, considerando que o projeto é construído pelo adulto e que muitas vezes não se considera as vozes infantis. A iniciativa diz

respeito a compreender como a literatura da Educação Infantil têm tratado com relação a gestão e a participação das crianças no PPP.

Para responder a essa indagação, a pesquisa foi estruturada em três seções: 1- Projeto Político-Pedagógico: fundamentos legais e conceituais - que apresenta uma análise do que se trata o PPP da Educação Infantil e discute sua relevância no contexto das escolas das infâncias; 2- O papel da gestão na promoção da participação das crianças - que propõe reflexões sobre as atribuições da gestão escolar e sua responsabilidade no favorecimento do protagonismo infantil na construção do PPP; e, 3- Mecanismos de participação infantil e o que dizem os documentos legais, seção que aborda instrumentos e estratégias de expressão das crianças, visando garantir sua participação efetiva na elaboração e implementação do PPP, referenciando em documentos legais como Constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (2010), Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, e, a Portaria MEC nº 501/2025, que institui o Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei).

Garimpando os documentos legais e estudos de autores referências na Educação Infantil no Brasil, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam significativamente para a compreensão das formas de participação das crianças na construção do Projeto Político Pedagógico, revelando tanto os limites quanto as potências dos contextos institucionais na escuta e valorização das vozes infantis. Pretende-se, assim, identificar em que medida as crianças têm sido reconhecidas como sujeitos de direitos e participantes ativos nos processos decisórios que envolvem o cotidiano escolar.

Além disso, o estudo poderá oferecer subsídios para a elaboração de instrumentos e metodologias que favoreçam a escuta atenta e observação aguçada das crianças, contribuindo para a construção de PPPs mais democráticos, plurais e sensíveis às especificidades das infâncias. Ao evidenciar os mecanismos de inclusão (ou exclusão) da participação infantil, a pesquisa também se propõe a fortalecer uma perspectiva ética e política que se afasta de concepções adultocêntricas e normativas, consolidando práticas pedagógicas que respeitem as múltiplas formas de expressão de ser, viver e estar no mundo que só as crianças podem nos revelar ao brincar e interagir.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de natureza descritiva. De tipo documental e bibliográfica, fundamentada na concepção ampla proposta por Marconi e Lakatos (2015), que compreende documentos não apenas impressos, mas também outras fontes como jornais, fotografias, filmes, gravações e registros legais. Com base nessa abordagem metodológica, foi

realizado, inicialmente, um levantamento dos principais documentos que orientam as políticas públicas voltadas à Educação Infantil buscando identificar o que dizem os documentos legais e autores da área quanto a participação das crianças na construção do PPP da Educação Infantil.

Na área da Educação Infantil, a pesquisa documental é fundamental para compreender o arcabouço normativo e as políticas públicas que orientam as práticas pedagógicas e a organização institucional. Conforme Gil (2019), “a pesquisa documental consiste no exame sistemático de documentos que não foram produzidos com o propósito específico da pesquisa, mas que possuem informações relevantes para o objeto de estudo. Essa técnica permite o acesso a dados históricos, normativos e institucionais, sendo fundamental para compreender contextos sociais, educacionais e culturais de forma aprofundada” (p. 45). Assim, ao analisar documentos legais, propostas curriculares e diretrizes específicas da Educação Infantil, o pesquisador pode identificar como as concepções de infância, direitos das crianças e participação são formalmente reconhecidas e operacionalizadas, contribuindo para a reflexão crítica sobre a qualidade e equidade na etapa inicial da educação formal.

Destarte, a análise documental utilizada nesta pesquisa se ancora em uma pesquisa bibliográfica sólida, que fornece o embasamento teórico necessário para a compreensão do objeto investigado. Segundo Marconi e Lakatos (2015), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento, estudo e sistematização de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses e documentos acadêmicos, que fundamentam teoricamente o estudo e ampliam a compreensão do tema em questão. Já a pesquisa documental, conforme destaca Gil (2019), refere-se ao exame sistemático de documentos que, embora não tenham sido produzidos para o fim da pesquisa, contêm informações essenciais para compreender contextos sociais, institucionais e normativos de forma aprofundada.

Para fundamentar teoricamente a investigação e alcançar os objetivos propostos, foram realizados estudos bibliográficos que dialogam com autores relevantes no campo da Educação Infantil. Dentre eles, destaca-se Friedmann (2020), que contribui para a compreensão do protagonismo infantil, e Veiga (1998), cuja produção oferece suporte conceitual e político sobre o Projeto Político Pedagógico. Esses referenciais, entre outros mobilizados ao longo do estudo, possibilitaram um aprofundamento crítico sobre os temas em foco.

É importante ressaltar que as técnicas de pesquisa aplicadas na Educação Infantil devem estar estreitamente vinculadas às especificidades da área, reconhecendo as crianças como sujeitos ativos, potentes e produtores de cultura. Pesquisar com e sobre crianças implica, também, refletir sobre a docência, uma vez que ser professor na escola da infância é, necessariamente, ser pesquisador. Assim, acadêmicos e pós-graduandos interessados nos estudos da infância precisam desenvolver uma escuta

atenta e uma observação sensível, de modo a captar as múltiplas formas de expressão e existência do universo infantil.

Nesse sentido, como afirma Edwards (2016, p. 156), “[...] escutar significa estar plenamente atento às crianças e, ao mesmo tempo, assumir a responsabilidade por registrar e documentar o que é observado e usar isso como base para a tomada de decisões compartilhada com crianças e pais.” Essa perspectiva amplia o olhar sobre a criança e reposiciona o pesquisador/professor como sujeito implicado na construção de práticas educativas mais dialógicas, éticas e comprometidas com a escuta sensível e significativa da infância.

É consenso entre autores da área de Educação Infantil como Sarmiento (2008), Corsaro (2009), Kishimoto (2018), Kramer (2005), Ostetto (2008), Macedo e Santos (2022), Rinaldi (2015), Formosinho (2015), Gomes e Aquino (2019), Friedmann (2020) entre outros, a defesa da participação ativa, cidadã e politicamente engajada das crianças nas pesquisas. Tal participação deve considerar suas infâncias singulares, à luz de análises interseccionais, em suas diversidades.

Sarmiento (2008) destaca que a perspectiva sociológica da infância busca compreender as dinâmicas sociais a partir da análise do fenômeno da infância, desafiando estruturas históricas e epistemológicas que tradicionalmente relegaram as crianças a uma posição marginalizada no campo das ciências sociais. O autor aponta para a histórica omissão da infância nas investigações sociológicas, marcada por uma concepção adultocêntrica que posiciona a criança como sujeito incompleto e subordinado. Frente a esse cenário, Sarmiento (2008, p. 4) enfatiza a necessidade de uma reconfiguração no modo como as infâncias são tratadas no campo do conhecimento, ao afirmar que: “a construção científica do objeto social infância exige [...] a elevação da infância a um estatuto de objeto sociológico e o reconhecimento das crianças como atores sociais, o que implica uma transformação epistemológica profunda na forma como têm sido tematizadas”.

Para que as investigações realmente contemplem as crianças em sua complexidade, é necessário adotar uma escuta sensível e uma observação atenta como estratégias metodológicas centrais. Pesquisar com e sobre crianças implica abandonar certezas adultocêntricas, conforme sugere Saramago ao afirmar: “Deixa-te guiar pela criança que foste um dia.” É nesse movimento de empatia e rememoração, ao revisitar os meninos e meninas que fomos, que nos tornamos capazes de construir uma teoria mais coerente e respeitosa acerca das infâncias.

O rigor acadêmico e metodológico, portanto, deve dialogar com os modos próprios de ser e estar das crianças no mundo, valorizando suas experiências, expressões e significados. Reconhecer a criança como sujeito de direitos implica compreender que ela vive sua infância em contextos diversos, explorando o mundo com curiosidade e potência. Suas vozes devem ser escutadas, consideradas e

incorporadas aos processos de produção de conhecimento, respeitando suas identidades, culturas e tempos próprios. Que nesse caso de pesquisa, diz respeito a participação ativa de cidadã das crianças no PPP, enquanto emergente para construção de práticas que tenham sentido para elas e que favoreçam o processo de desenvolvimento integral.

### **3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS LEGAIS E CONCEITUAIS**

Todas as vivências no âmbito da EI devem se encaminhar para o processo de constituição da identidade das crianças, oferecendo-lhes momentos de reflexão, participação, respeito mútuo, liberdade de expressão e especialmente confiança na capacidade de atuar para transformar. Neste sentido, atividades educativas precisam ser organizadas e planejadas, uma vez que estas não devem ocorrer de modo imprevisto e imprevisível.

Esta organização fundamenta-se no parágrafo primeiro do décimo segundo artigo da LDBEN 9394/96, a qual institui que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Vale salientar que a lei mencionada apresenta terminologias variantes ao longo dos artigos, proposta pedagógica, plano de trabalho e projeto pedagógico.

Para Veiga,

Projeto Político Pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade. Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político- pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade (1998, p. 20).

Portanto, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que tem como propósito estabelecer políticas e metas educacionais, mediante uma ação conjunta democrática, que redefina o papel da escola e sua função social diante das novas tecnologias, da consciência da sustentabilidade e do respeito às diversidades existentes, favorecendo a construção da identidade e da autonomia da instituição.

Projeto, na essência da palavra, diz respeito àquilo que se pretende alcançar, plano antes da ação. A elaboração de projetos no âmbito educacional pressupõe o planejamento do que se deseja atingir, partindo da realidade atual em busca dos objetivos possíveis.

Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto

contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (Gadotti apud Veiga, 1994, p. 579)

A expressão Projeto Político Pedagógico configura-se relevante à medida que, na perspectiva da educação, estes aspectos são interligados, uma vez que toda ação ali planejada está diretamente relacionada à visão social e de mundo, sendo, portanto, política no compromisso com a formação humana para a permanência ou transformação de determinado tipo de sociedade. A dimensão pedagógica é explicitada ao definir as ações educativas que serão desenvolvidas para alcançar os propósitos aos quais a instituição se propõe.

Uma vez que as ações educativas envolvem diversos agentes, a construção do PPP deve ser organizada de forma coletiva, democrática e com a participação de gestores, coordenadores, professores, demais funcionários, crianças e toda a comunidade escolar.

Como destaca Veiga (2003), o PPP é um espaço de intencionalidade educativa, que precisa considerar os sujeitos que compõem a escola, incluindo, de forma efetiva, as crianças pequenas. Para Oliveira (2010), reconhecer as crianças como participantes ativas do PPP significa garantir-lhes o direito de expressar suas ideias, opiniões e formas próprias de compreender o mundo, o que exige dos profissionais uma postura ética de escuta e valorização dos saberes infantis. Já Rinaldi (2015), a partir da experiência de Reggio Emilia, afirma que incluir as vozes das crianças nos processos pedagógicos é reconhecer sua competência e cidadania desde os primeiros anos de vida.

#### **4 O PAPEL DA GESTÃO NA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NO PPP**

A gestão democrática e participativa está pautada na Constituição Federal de 1988 enquanto um dos princípios da Educação Básica. Sabemos que a constituição defende a educação enquanto direito de todos, devendo ser norteadas pela gratuidade, igualdade e liberdade, para assim proporcionar a formação integral dos sujeitos, preparando-os para sua plena participação na sociedade e no trabalho. A Lei 9.394/1996, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), também traz apontamentos sobre a gestão democrática, onde dispõe no seu artigo 14, incisos I e II, sobre a participação dos profissionais de educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico, assim como a participação da comunidade escolar em conselhos escolares e em fóruns de Conselhos Escolares ou equivalentes.

Já no seu artigo 15, determina:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996, não paginado)

Estas leis abrem espaço para um fazer pedagógico contextualizado, para a construção de uma escola da infância autônoma, que garanta o direito de participação e escolha de todos através de ações descentralizadoras estimuladas pela gestão dentro de uma perspectiva democrática. A gestão tem a missão de preservar a cultura organizacional, promover o bem-estar de todos e garantir o direito de cada um, desde a educação infantil, e por toda a educação básica, cumprindo assim os princípios estabelecidos em lei. Para isso, o gestor tem papel fundamental.

De acordo com Libânio (2012) o papel da gestão está estritamente ligado a organização do espaço escolar, as tomadas de decisões, caminhos e percursos que permitam fazer a instituição atingir seus objetivos. O gestor é aquele que organiza o trabalho escolar, que ouve, que compreende as necessidades e anseios da coletividade, aquele que estimula a participação ativa dos alunos, professores e demais membros da comunidade escolar nos processos decisórios e no cotidiano da escola, pois é através da participação e do compartilhamento do poder, que a gestão torna-se democrática.

É nessa perspectiva que o Projeto Político Pedagógico toma um papel importante para o desenvolvimento dessa gestão, uma vez que vai direcionar o trabalho com a comunidade. Para Veiga (2009) o empoderamento da comunidade se dá através de dois pilares, que é a participação e a democracia. Afirma:

A democracia é dinâmica e está em permanente construção e a participação torna óbvia a partilha do poder. A participação requer compromisso com o projeto político- pedagógico construído, executado e avaliado coletivamente. A participação é um mecanismo de representação e participação política. A participação mobiliza professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade vinculados a processos de socialização educativa na escola, na família, no bairro. (VEIGA, 2009, p. 167)

O Projeto Político Pedagógico é o ponto de partida para a mobilização da comunidade, dando a ela direitos, autonomia e obrigações, através de uma construção democrática e participativa que envolva todos da instituição. Nas creches e pré-escolas que atendem as crianças da Educação Infantil, não deve ser diferente. Apesar dos estudos sobre a participação deste público no projeto político pedagógico serem escassos, devemos nos atentar a esta questão. A garantia do direito de participação infantil na construção do PPP deve ser estimulada pelo gestor, o incentivador e articulador da equipe escolar. Mas como se dá essa participação?

É importante que seja estruturado um projeto de construção do PPP considerando essas demandas e as múltiplas vozes que compõem o universo da Educação Infantil. Para tanto, a gestão na

Educação Infantil tem papel fundamental na promoção de espaços democráticos que valorizem a escuta e a participação das crianças na construção do PPP. Como afirma Kramer (2005), cabe ao gestor articular os diversos sujeitos da instituição, principalmente as crianças, no processo coletivo de elaboração do PPP, garantindo que esse documento reflita as práticas cotidianas, os direitos da infância e a escuta sensível dos sujeitos que vivem a escola. Para a autora, “a gestão democrática implica também a escuta das crianças, reconhecendo-as como cidadãs e protagonistas do cotidiano institucional” (Kramer, 2005, p. 42).

Nesse cenário, Barbosa (2006) ressalta que o gestor, ao liderar o processo de construção do Projeto Político Pedagógico, precisa reconhecer as crianças como sujeitos de direitos e protagonistas da própria aprendizagem, assegurando espaços para que suas vozes e experiências sejam incorporadas às decisões pedagógicas. Para a autora, o PPP na Educação Infantil só se concretiza de forma coerente quando contempla as culturas infantis e se constrói a partir das práticas vividas pelas crianças no cotidiano da instituição.

Formosinho e Oliveira-Formosinho (2012), dialogando com as pedagogias da escuta, afirmam que a gestão participativa na Educação Infantil deve romper com a lógica adultocêntrica e criar contextos de escuta sensível e respeitosa às múltiplas linguagens das crianças. Isso exige um gestor comprometido com a construção de relações horizontais e com a legitimação da criança como sujeito político e social desde a primeira infância.

Diante disso, podemos compreender como um trabalho direcionado pela gestão pode facilitar o processo de comunicação infantil e como é possível avaliar estas ações. Cabe ao gestor estimular, planejar junto ao coordenador pedagógico e professores para assim garantir o direito de participação infantil. Para isso, deve-se preparar toda a equipe escolar, promover formações continuadas, reuniões, projetos, para que se compreendam cada vez mais os espaços de atuação infantil e tenham um olhar e escuta atenta a cada criança em sua inteireza e formas de explorações e vivências com/no mundo.

## **5 MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO INFANTIL NA CONSTRUÇÃO DO PPP: O QUE DIZEM OS DOCUMENTOS LEGAIS?**

Por muito tempo, as crianças eram vistas como “seres” que precisavam ser educados e disciplinados com grande ênfase na obediência. Suas emoções e opiniões eram desconsideradas nos contextos familiar, escolar e pela sociedade em geral. Nos grupos sociais, as crianças não tinham espaços para questionar, contestar ou expressar seus sentimentos e preferências.

Ao longo do tempo, a partir de leis de garantia de direitos das crianças e políticas públicas de valorização da infância, as crianças passaram a ser consideradas sujeitos de direito, ativas, potentes,

produtores de cultura, protagonistas de suas histórias. Assim, gradualmente, abordagens educacionais passaram a refletir e defender a promoção da autonomia, o respeito pelas ideias e emoções e a expressão individual das crianças.

O protagonismo infantil aponta para o papel central e ativo que as crianças podem ter em seus contextos de convivência. Trata-se de dar vez e voz para que as crianças possam expressar suas vivências, emoções, reivindicações, sentimentos e conhecimento de mundo. Torna-se cada vez mais necessário que os adultos desenvolvam o olhar e o escutar atento para que as crianças participem ativamente e tenham suas opiniões consideradas nos processos de tomada de decisões.

No contexto escolar, as diversas formas de expressão infantil precisam ser oportunizadas para que os educadores possam decifrar, compreender e direcionar melhor o desenvolvimento nessa fase de tamanhas potencialidades.

Friedmann descreve os diversos mecanismos de expressão infantil:

Crianças se expressam, todo dia, toda hora. /Seus corpos cantam e gingham./Seus olhares piscam, sorriem ou gritam./Suas mãozinhas gesticulam./Suas palavras revelam ou abafam./Seus cantos desabafam e aliviam/Emoções escondidas,/ou não compreendidas.../Seus brincares as libertam/e as ajudam a experimentar a vida./E talvez a compreendê-la?/Ou a assimilar o mundo á sua volta./Crianças expressam-se, todo dia, toda hora. (2020, pág. 68)

O corpo, gestos, movimentos, as linguagens artísticas e as brincadeiras constituem múltiplas formas de comunicação e precisam estar no cotidiano das crianças para que estas ampliem seus repertórios narrativos, simbólicos e desenvolvam autoestima e criatividade.

Como mencionado anteriormente, as ações educativas devem estar claras no Projeto Político Pedagógico da instituição, o qual deve ser construído coletivamente. Incluir o protagonismo infantil na construção deste documento implica considerar a participação das crianças, direta ou indiretamente, na elaboração das atividades pedagógicas e nas decisões que envolvem o cotidiano das escolas das infâncias.

As rodas de conversa podem ser um mecanismo relevante para levantamento das melhorias que as crianças desejam para a unidade de ensino. A escuta ativa e regular, por meio de metodologias lúdicas, é um caminho para compreender e respeitar o que os pequenos querem, pensam, sonham, desejam, necessitam.

A arte, por meio de desenhos, pinturas, modelagem, dobraduras, são formas de expressão não verbais cotidianas que favorecem a criatividade e exploração, podendo ser utilizadas para que as crianças expressem “a escola que têm” e “a escola da infância que desejam”. Na construção do PPP, também é desenvolvido o plano de ação da unidade de EI, estabelecendo os projetos que serão

trabalhados, observar as crianças no momento de jogo simbólico, do faz de conta, atentando-se às suas curiosidades e interesses e incentivando-os a escolher temas para projetos mais assertivos e eficientes.

Favorecer a participação e o protagonismo infantil nos processos decisórios da Unidade de EI é uma forma de garantir que as crianças sejam autoras principais do seu processo de aprendizagem, reconhecendo, respeitando e valorizando suas opiniões e desejos, contribuindo para um ambiente educativo de promoção da autonomia.

No que diz respeito aos documentores da EI, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI) destaca que:

O projeto político-pedagógico da instituição de Educação Infantil deve respeitar os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; os princípios políticos dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; e os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, do ludismo e da liberdade de expressão nas diversas manifestações artísticas e culturais.” (Brasil, 2010, p. 7).

As DCNEIs ainda orientam que o PPP seja elaborado de forma coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar e considerando as especificidades da infância, os contextos socioculturais e as necessidades das crianças atendidas, no que se refere a contemplação da diversidade étnico racial, comunidades indígenas, educação do campo, gênero, dentre outras.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por sua vez, evidencia que:

A proposta pedagógica da Educação Infantil deve estar explicitada no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição, considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, os Campos de Experiências e os objetivos de aprendizagem propostos para cada faixa etária. (Brasil, 2017, p. 39)

A BNCC reforça que o PPP deve refletir a concepção de criança como sujeito de direitos, ativa e participante nos processos educativos, e orientar práticas pedagógicas que assegurem contextos de aprendizagem significativos, interativos e inclusivos. Assim, o PPP torna-se o eixo integrador entre as diretrizes legais, as práticas docentes e as experiências vividas pelas crianças no cotidiano institucional.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) organiza a Educação Infantil em direitos de aprendizagem e campos de experiências, assegurando às crianças a vivência de práticas pedagógicas que respeitem sua condição de sujeito ativo, curioso e participativo. Os direitos de aprendizagem: “conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se”, constituem os fundamentos das interações e das experiências nas instituições de Educação Infantil, promovendo o desenvolvimento integral das crianças em seus múltiplos aspectos: físico, emocional, social e cognitivo. Já os campos de experiências: “O eu, o outro e o nós”; “Corpo, gestos e movimentos”; “Traços, sons, cores e

formas”; “Escuta, fala, pensamento e imaginação”; e “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, orientam a organização curricular de forma a favorecer aprendizagens contextualizadas, significativas e interativas, respeitando os modos próprios de ser e aprender da criança pequena.

Esses dois eixos estruturantes da BNCC devem estar claramente refletidos no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, que precisa explicitar como os direitos e campos serão contemplados nas práticas cotidianas. O PPP, portanto, torna-se um instrumento articulador entre as diretrizes da BNCC, a realidade da comunidade escolar e a valorização das infâncias, garantindo intencionalidade pedagógica, coerência curricular e o respeito às singularidades de cada criança.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui-se como um instrumento fundamental da organização institucional e curricular na Educação Infantil. Mais do que um documento técnico, ele representa a materialização das intenções pedagógicas, dos princípios políticos e das escolhas éticas e metodológicas que orientam a prática educativa. No contexto da Educação Infantil, esse documento assume contornos ainda mais específicos, por tratar de uma etapa educativa marcada pela centralidade das interações, do cuidado e das experiências significativas vividas pelas crianças pequenas.

As Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024, reforçam a centralidade do PPP como eixo estruturante da gestão pedagógica e administrativa das instituições. Segundo o documento, o PPP deve refletir os princípios da gestão democrática, da participação coletiva, da inclusão e do compromisso com a equidade e a justiça social. A proposta pedagógica da instituição precisa estar alinhada à BNCC e expressar, de forma clara, como os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiências são contemplados no cotidiano educativo (Brasil, 2024).

As Diretrizes de 2024 ainda estabelecem que a construção, a implementação e a avaliação do PPP devem envolver todos os sujeitos da comunidade escolar, incluindo as crianças, reconhecidas como participantes ativas do processo educativo. Essa perspectiva está em consonância com o que defendem autores como Formosinho e Oliveira-Formosinho (2012) e Kramer (2005), ao enfatizarem que a escuta das crianças é um princípio político-pedagógico que fortalece o caráter democrático da gestão e legitima a infância como tempo presente e potente. Assim, o PPP precisa incluir dispositivos que permitam registrar, considerar e incorporar as vozes infantis, seja por meio da escuta sensível, da observação atenta ou do uso de múltiplas linguagens expressivas.

Dessa forma, o PPP torna-se um espaço onde se articula a intencionalidade pedagógica com a realidade vivida, promovendo práticas alinhadas ao direito das crianças à participação, ao reconhecimento da diversidade e ao desenvolvimento integral. Como afirma a BNCC (2017), “a

proposta pedagógica da Educação Infantil deve estar explicitada no Projeto Político-Pedagógico da instituição” (p. 39), de modo a garantir que as decisões pedagógicas estejam comprometidas com os direitos das crianças e com a escuta das suas experiências.

Ao integrar as determinações da BNCC com os princípios estabelecidos pelas Diretrizes de 2024, as instituições de Educação Infantil são convocadas a repensar seus PPPs não apenas como instrumentos burocráticos, mas como documentos vivos, reflexivos e plurais. Isso implica reconhecer que a qualidade na Educação Infantil está intrinsecamente vinculada à equidade, à valorização dos sujeitos envolvidos no processo educativo, principalmente as crianças, e à construção coletiva e ética do projeto de escola das infâncias.

O que temos de mais atual na EI, diz respeito a Portaria MEC nº 501, de 7 de julho de 2025, que institui o Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei), com a missão de assegurar o direito à Educação Infantil e consolidar a implementação das Diretrizes Operacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (2024).

Essa Portaria reforça que, em todas as instituições que ofertam Educação Infantil, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) deve ser orientado pelas diretrizes de equidade e qualidade. Isso implica que o PPP deve não apenas refletir a proposição pedagógica derivada da BNCC, mas também expressar de forma efetiva os compromissos com os direitos de aprendizagem das crianças, os campos de experiência, a participação democrática e a promoção da equidade (art. 8.º, 23.º, 2025).

Ademais, a Portaria reforça o princípio de gestão democrática (eixo I do Conaquei), que demanda que o PPP seja construído, implementado e monitorado de maneira participativa. Esse processo deve envolver a comunidade escolar como um todo, ou seja, gestores, professores, famílias e, de forma significativa, as próprias crianças, reconhecidas como sujeitos ativos no processo educativo.

Tais documentos orientadores evidenciam a necessidade da participação ativa das crianças na construção do PPP das instituições de Educação Infantil brasileiras, considerando as especificidades locais. Nesse sentido, trata-se de um desafio atual, que necessita da formação de professores e gestores que compreendam as singularidades da Educação Infantil. Nesse paradoxo, Rinaldi (2015), nos dá uma pista de por onde começar: pelas crianças!, ela destaca a pedagogia da escuta partindo da perspectiva da escuta de Reggio Emilia, destacando que a experiência busca por significados, sendo a base dessa pedagogia a capacidade de escuta e a expectativa recíproca que permite a comunicação e o diálogo, sendo importante escutar com todos os sentidos e não só com os ouvidos, estando abertos a dúvidas e incertezas. Considera que as crianças são os maiores ouvintes do mundo e que os adultos devem aprender com as crianças.

A raiz da pedagogia da escuta para Rinaldi (2015) está na ideia de que as crianças podem elaborar teorias a partir de pesquisas como explicação para a vida. Todavia, a escuta permite os registros e documentação pedagógica e a comunicação, como registro do vivido que permite o registro, análises críticas e construção das práticas e pesquisas com e sobre as crianças.

O registro e a documentação pedagógica parte do princípio da escuta, Pinazza e Fochi (2018) enfatizam que a documentação pedagógica se alinha as práticas pedagógicas participativas, sendo um empreendimento investigativo implicada na qualidade das experiências e aprendizagens das crianças e demais atores sociais.

A prática da documentação pedagógica é reconhecida como condição indispensável para garantir a construção de uma memória educativa, de evidenciar o modo como as crianças constroem conhecimento, de fortalecer uma identidade própria da educação das crianças pequenas e da construção da qualidade dos contextos educativos (Fochi, 2016, apud Pinaza e Fochi, 2018).

Concomitantemente, Ostetto (2008), nos convida a pensar na escuta atenta e observação aguçada enquanto elementos indispensáveis para se questionar sobre o lugar que a criança ocupa no mundo, bem como para retomar nossas infâncias e aprender com os meninos e meninas que fomos. Pensar do que brincávamos e relembrar os sentimentos vivenciados é a porta de entrada para o mundo infantil em suas significações.

Nesse cenário, faz-se necessário escutar e observar as crianças atentamente, entendendo suas necessidades, registrando o vivido e organizando a documentação pedagógica enquanto elementos indispensáveis para reflexões coletivas com todos os atores que compõem a EI com o intuito de construção de um PPP que faça sentido para as crianças em sua integralidade. Nessa tarefa, difícil e possível, a gestão escolar pode funcionar enquanto ponte e equilíbrio, promovendo ações conjuntas de ação-reflexão-ação-construção do PPP.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em um cenário educacional cada vez mais pautado na valorização da criança como sujeito protagonista, o Projeto Político Pedagógico (PPP) surge como um elemento fundamental para a construção de um ambiente de EI democrático e inclusivo. A gestão escolar desempenha um papel decisivo na promoção da participação de todos os envolvidos na comunidade escolar das infâncias, especialmente das crianças.

O desenvolvimento deste estudo permitiu evidenciar o quanto o protagonismo infantil, hoje pautada em muitas propostas, precisa de maiores estudos e formações continuadas para que ocorra de modo mais consistente. Investir e aprofundar nos caminhos de escuta e reconhecimento do repertório

infantil abre possibilidades para espaços educativos mais adequados em seus tempos, espaços e atividades.

Assim, a gestão escolar tem a responsabilidade de continuar incentivando a participação infantil, criando canais de expressão e assegurando que as crianças sejam protagonistas de sua própria trajetória de aprendizagem. Para isso, a formação contínua dos educadores, o fortalecimento da escuta ativa e o engajamento da comunidade escolar são elementos essenciais para o sucesso dessa empreitada. Em última análise, garantir a participação infantil no PPP e em outras práticas pedagógicas contribui para a construção de uma Educação Infantil mais justa, inclusiva e alinhada com os direitos e potenciais das crianças, promovendo, dessa forma, uma educação que respeita e valoriza suas vozes e sujeitos de direitos.

Assim, respondemos a problemática da pesquisa em tela destacando que as formas de participação das crianças na construção do Projeto Político Pedagógico na Educação Infantil, diz respeito a escuta atenta, observação aguçada, registro, documentação pedagógica, organização de objetivos conjuntos que envolvam toda a comunidade escolar e, impreterivelmente a formação consciente de educadores, gestores, coordenadores que compreendam o específico da EI e das infâncias em suas inteirezas.

Finalizamos reforçando a importância da participação infantil nos processos de tomada de decisões, dando voz as crianças que por tanto tempo foram/são silenciadas enquanto sujeitos de direitos. Espera-se ter contribuído com reflexões e mecanismos que auxiliem gestores educacionais e adultos envolvidos no processo escolar a possibilitar que as crianças sejam cada vez mais protagonistas de suas infâncias.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Planejamento na educação infantil: reflexões e provocações. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 01 jan. 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Trata-se da lei nacional brasileira que orienta a Educação Básica. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em 20 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2018. Disponível em <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 2010. Disponível em  
[https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares\\_2012.pdf](https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf)

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 1, de 17 de outubro de 2024. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 out. 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/qualidade-equidade-educacao-infantil.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 501, de 9 de julho de 2025. Institui o Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (CONAQUEI). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 jul. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-501-de-7-de-julho-de-2025-640773365>. Acesso em 13 de julho de 2025.

CORSARO, W. A. Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: MULLER, F.; CARVALHO, A. M. A. (orgs.). Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com Willian Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009.

EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. As cem linguagens da criança: a experiência de Reggio Emilia em transformação. Porto Alegre: Artmed, 2016.

FOCHI, Henrique. A criança em sua inteireza: currículo e experiências cotidianas na Educação Infantil. Educação em Revista, Curitiba, v. 36, 2020.

FRIEDMANN, Adriana. A vez e a voz das crianças: escutas antropológicas e poéticas das infâncias. 1ed. São Paulo: panda Books, 2020.

FORMOSINHO, João; OLIVEIRA-FORMOSINHO, Joana. A participação das crianças na educação: perspectivas da pedagogia da escuta. In: MACHADO, Maria Lúcia de A. (Org.). Encontros e desencontros em educação infantil. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Rosa; AQUINO, Carla. Infâncias contemporâneas e práticas investigativas: interfaces e complexidades. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 560-579, 2019.

KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 8 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

KRAMER, Sonia. Pesquisando infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (org.). Infância: Fios e desafios da pesquisa. Campinas: Papirus, 1996. p. 13-38.

KRAMER, Sônia. Educação Infantil: muitas palavras, diferentes sentidos. In: KRAMER, Sônia (Org.). Infância e educação infantil: muitos olhares. São Paulo: Ática, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: Políticas, estrutura e organização. José carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Meirza Saebrá Toschi- 10 ed. Ver. E ampl. São Paulo. Cortez, 2012.

MACEDO, Tânia; SANTOS, Paula. Epistemologias decoloniais e pesquisa em infâncias: desafios e possibilidades. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 48, e261563, 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2008.

PINAZZA, Mônica Appezzato; FOCHI, Paulo Sérgio. Documentação Pedagógica: observar, registrar e (re)criar significados. Revista Linhas, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 184 199, maio/ago. 2018.

RINALDI, Carla. A escuta das crianças. In: (Org.). O saber das crianças: a escuta como prática pedagógica. São Paulo: Cortez, 1999. p. 13-24.

SARMENTO, Manuel. Crianças, infância e sociologia: o desafio da construção científica de um objeto. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 101, p. 23-43, 2008.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: Novos marcos para a educação de qualidade. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009.

VEIGA, Ilma. Passos (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, I. P. A. Projeto político pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Org.). Dimensões do projeto político pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2003.